



OS PÚNICOS NO EXTREMO OCIDENTE

Titulo	OS PÚNICOS NO EXTREMO OCIDENTE Actas do Colóquio Internacional realizado na Universidade Aberta (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000)
Responsável	Prof. Doutor António Augusto Tavares
Comissão organizadora	Prof. Doutor António Augusto Tavares, Prof. ^a Doutora Maria José Ferro Tavares e Prof. Doutor João Luís Cardoso
Depósito legal	170746/01
Composição e impressão	Gráfica Europam, Lda. Portugal
Tiragem	1000 exemplares

A publicação desta obra contou com um subsídio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ACHADOS SUBAQUÁTICOS DE DEFESAS DE ELEFANTE, PROVÁVEIS INDICADORES DO COMÉRCIO PÚNICO NO LITORAL PORTUGUÊS

João Luís Cardoso*

Resumo

A ocorrência de defesas de elefante recolhidas fortuitamente em dragagens relacionadas com obras portuárias ou arrastos de pescarias de alto mar, no litoral meridional português, encontra-se provavelmente relacionada com a actividade comercial efectuada por púnicos que, desde finais do século VI a. C., frequentaram as costas atlânticas portuguesas.

Além de se caracterizarem os achados até ao presente conhecidos, procede-se à sua integração no contexto económico e comercial da época, procurando-se, deste modo, avançar razões para tais ocorrências, relacionadas com a transacção de uma matéria-prima exótica muito apreciada e, por isso, de alto valor económico.

Serão, de igual modo, apresentadas referências à importância do elefante na Antiguidade, com especial relevo para o território peninsular e o Norte de África, incluindo a sua antiga distribuição geográfica nesta região, de onde provêm as defesas agora estudadas.

1 — Introdução

Aquando da apresentação pelo Dr. Francisco Alves de comunicação às VI Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses,

* Universidade Aberta.

em Maio de 2000, sobre o balanço da Arqueologia Subaquática em Portugal no século que agora finda, o meu interesse foi aguçado pela projecção de uma defesa de elefante, oriunda do cabo Sardão; um achado desta natureza mereceria estudo detalhado. A oportunidade surgiu agora com a presente reunião, pelo que solicitei àquele arqueólogo, na qualidade de responsável pelo CNANS, autorização para estudo da referida peça. Prontamente deferido tal pedido, cumpre-me agradecer-lhe, não apenas aquela autorização mas, sobretudo, por estar na origem directa deste contributo. Agradecimentos análogos se endereçam a Francisco Reiner, que organizou a colecção onde peça se integrava, antes de ter sido por ele doada ao Museu Nacional de Arqueologia; são-lhe ainda devidas as informações relativas a duas peças similares, encontradas no litoral algarvio, até ao presente também inéditas, bem como empréstimo de diversa bibliografia sobre os elefantes africanos. Também cumpre agradecer à Prof.^a Doutora M. H. Trindade Lopes a indicação de obra recentemente publicada sobre marfins egípcios, e ao Prof. Doutor C. Fabião as informações bibliográficas sobre o naufrágio de Ulu Burun (Turquia).

2 — Contextos

São três as defesas de elefante até ao presente recuperadas no litoral português, todas elas correspondentes a achados subaquáticos. Contudo, sabe-se da existência de mais duas, oriundas do Cabo Sardão, do mesmo local da que é agora publicada, às quais se espera, num futuro próximo, ter acesso (informação de F. Reiner). Da mesma forma, do rio Arade se recolheram outras, igualmente em posse de particular (informação de F. Alves). Deste modo, o conjunto de defesas de elefante existentes em Portugal, e potencialmente relacionáveis com naufrágios púnicos é significativamente superior àquele que, numa primeira abordagem, fomos levados a considerar.

2.1 — *Rio Arade*

As importantes dragagens que, nos inícios da década de 1980 se realizaram junto à foz deste rio, proporcionaram a recuperação de objectos de natureza muito heterogénea e de largo espectro cronológico. Avultam, especialmente, os materiais anfóricos. Os recolhidos na sede da comissão

Instaladora do Museu de Portimão, indicam uma cronologia entre finais do século II a. C. e o século V d. C. (SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1987), sendo os mais antigos de filiação ibero-púnica, pertencentes à forma D de Pellicer (séculos II-I a. C.) e neopúnica (forma Mañá C2); a esta última reportam-se alguns exemplares completos ou quase, entretanto recuperados nos trabalhos arqueológicos subaquáticos dirigidos por Francisco Alves. Nestas condições, é ousado pretender avançar qualquer cronologia para as duas defesas de elefante recuperadas nas dragagens, fotografadas em Abril de 1983 por Francisco Reiner, na Junta Autónoma dos Portos do Barlavento Algarvio. Uma delas apresenta-se mais arqueada e de menores dimensões que a outra (Fig. 1 e 2).

Seja como for, a cronologia de ambas pode ser anterior ao século II a. C., tendo presente a tipologia de alguns materiais anfóricos agora estudados (DIOGO *et al.*, comunicação a este Colóquio), entre os quais uma ânfora púnico-ebusitana PE 13, preferencialmente situável entre os séculos V e III a. C. Mais tardios são os fragmentos de ânforas neopúnicas recentemente estudados (DIOGO *et al.*, 2000), oriundos de dragagens efectuadas no local: os onze exemplares pertencem ao tipo Mañá C2, sendo possível que estejam presentes as suas três variantes, globalmente situáveis entre cerca de 200 e 25 a. C., incluindo porção de uma ânfora piscícola púnica da forma Pellicer E, datável de meados do século II a. C.

2.2 – Cabo Sardão

A primeira publicação de ânforas, recolhidas em redes de arrasto ao largo do cabo Sardão, deve-se a Guilherme Cardoso (CARDOSO, 1978). Mais tarde, foram estes restos reestudados, conjuntamente com novos achados, recolhidos nas mesmas circunstâncias, a cerca de 300 m de profundidade, mas em alturas diferentes e por diversos arrastões (DIOGO, 1999). O estudo tipológico permitiu a este autor situar as produções do seguinte modo:

- ânfora piscícola Mañá A4, ibero-púnica, datável entre os séculos V e I a. C. — 1 ex. (Fig. 3);
- ânfora vinária Lamboglia 2, itálica, datável de meados do século II a meados do século I a. C. — 1 ex.;
- ânfora vinária Dressel I B, itálica, datável dos três primeiros quartos do século I a. C.;

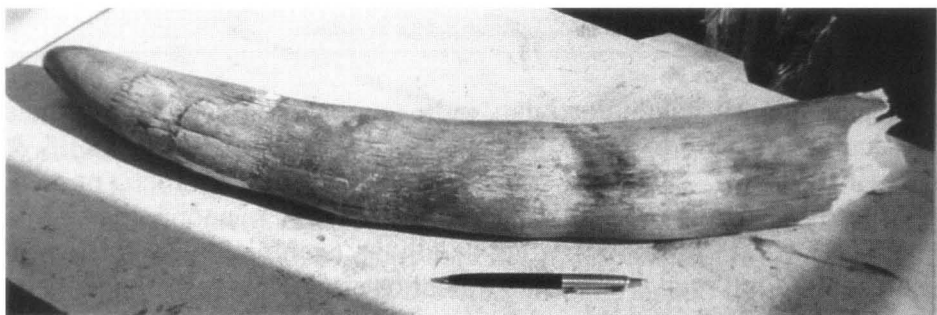


Fig. 1 —Vista geral de uma das defesas do rio Arade (Portimão).

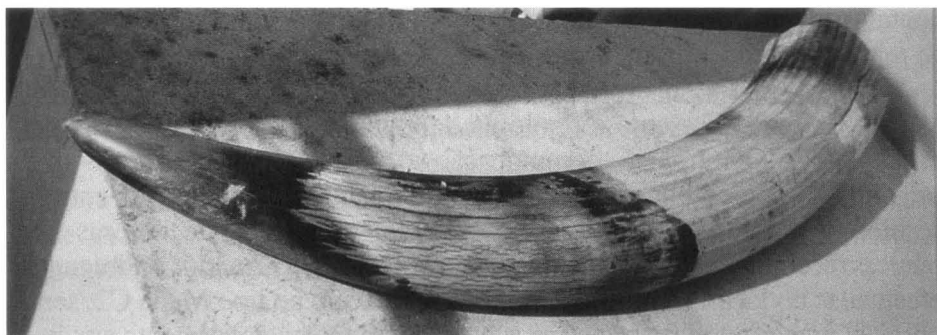


Fig. 2 —Vista geral de uma das defesas do rio Arade (Portimão).

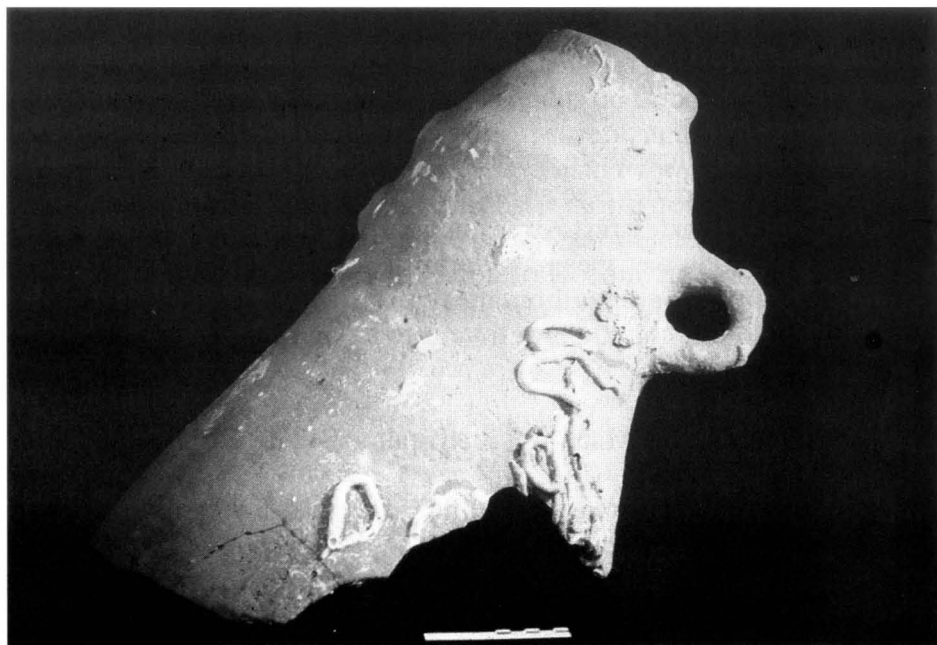


Fig. 3 — Fragmento de ânfora Mañá A4, recuperada conjuntamente com a defesa no Cabo Sardão (Sines).

- ânforas de fabrico bético: duas vinárias Haltern 70 e uma piscícola Beltrán I, dos finais do século I a. C. aos finais do I d. C.;
- ânforas de fabrico lusitano: ambas piscícolas, uma Lusitana 4, de finais do século II ao início do século V d. C. e outra Lusitana 6 B, de fabrico algarvio, com cronologia próxima da anterior.

A distribuição dos materiais evidencia larga diacronia, não sendo possível, deste modo, situar cronologicamente a defesa de elefante, ali recuperada em circunstâncias análogas. Porém, da ficha anexa a esta peça, datada de 6 de Julho de 1978, refere-se o seguinte: “Na rede em que vinha este dente, vinham também fragmentos anfóricos tipo Mañá A”. O fragmento de maiores dimensões, corresponde, efectivamente ao tipo Mañá A4 (Fig. 3). Deste modo, pode admitir-se, com as naturais reservas, que talvez ambas as peças pertençam a um mesmo naufrágio. Assim sendo, o dente de elefante agora estudado, somado aos dois restantes que, na mesma ocasião, teriam sido recolhidos no local (informação de F. Reiner, obtida junto do mestre do arrastão, o Sr. Carlos Pinto), inscrever-se-iam no âmbito do comércio púnico, entre os séculos V e I a. C.

3 — As defesas

As usualmente designadas defesas ou presas de elefante, correspondem aos seus incisivos superiores; os elefantes não têm nem incisivos inferiores nem caninos. Para as defesas do Arade, não se dispõe de medidas; trata-se, contudo de um exemplar de pequenas dimensões, encurvado, e de outro um pouco maior (Fig. 1 e 2). Já a defesa do Cabo Sardão é de tamanho assinalável (Fig. 4 e 5):

- diâmetro máximo correspondente à extremidade anterior — 0,15 m;
- perímetro externo — 1,50 m;
- comprimento entre os pontos extremos — 1,21 m.

Comparadas esta medidas com as dos maiores exemplares conhecidos, conclui-se, no entanto, pela sua modéstia: o maior exemplar conhecido, oriundo do Quénia e pertencente à colecção do Museu Americano de História Natural possui 3,48 m de perímetro externo, pesando 132,904 kg (JEANNIN, 1947, p. 26); e muitos outros exemplos de espécimenes de grande tamanho se poderiam apresentar.

4 – Sistemática, distribuição geográfica

O elefante africano, *Loxodonta africana* Blumenbach, 1797, reparte-se por duas grandes categorias morfológicas, correspondentes a distintas subespécies ou variedades: o elefante da savana (*L. africana africana*) e o elefante da floresta (*L. africana cyclotis*), sendo o primeiro nitidamente maior que o segundo. Além disso, a morfologia distingue-as claramente: enquanto *L. a. cyclotis* tem orelhas de lóbulo inferior curto e arredondado, *L. a. africana* é caracterizada pelas orelhas com lóbulo inferior pontagudo, sendo o lóbulo superior tão extenso que pode sobrepor-se ao do lado oposto, possuindo quatro cascos nas patas dianteiras e apenas três nas de trás e um evidente arqueamento dorsal, não observável em *L. a. cyclotis*, em consequência de sensíveis diferenças ao nível do esqueleto axial, extensíveis também à morfologia do crânio (FRADE, 1955).

Ao nível das defesas, admite-se que as do elefante da savana sejam maiores que as do seu homólogo da floresta, não existindo, porém quaisquer critérios seguros de diferenciação morfológica entre ambas; por outro lado, as dos machos ultrapassam sempre as das fêmeas (JEANNIN, 1947, p. 23). Esta situação é também extensível à espécie asiática, *Elephas maximus* L., 1758: apesar dos esforços desenvolvidos por diversos autores, não foi possível identificar critérios fiáveis de diferenciação morfológica entre as defesas asiáticas e africanas (KRZYSZKOWKA & MORLOT, 2000). De qualquer modo, a espécie asiática extinguiu-se no Próximo Oriente nos inícios do I milénio a. C., pelo que é de afastar, independentemente de outras considerações, a possibilidade de os presentes exemplares lhe pertencerem.

L. a. cyclotis, é subespécie característica da floresta tropical; acantonou-se actualmente na bacia do Congo e numa faixa litoral para Norte, até o Senegal, limitada superiormente e inferiormente pelos paralelos 10° N e 10° S. É provável, porém, que no passado, devido a condições climáticas mais húmidas, atingisse latitude próxima das Canárias. Quanto a *L. a. africana*, no princípio do século XX o seu limite mais setentrional atingia a bordadura do Sahara, passando pelo Senegal, Mauritânia, Chade e a zona sahélica do Sudão e da Somália (FRADE, 1936). Com efeito, o aumento da aridez que atingiu o Norte de África, pelo menos desde o início do Neolítico, empurrou o elefante cada vez mais para sul (Fig. 6): é o que indica as representações rupestres de elefantes, do período pré-dinástico, na Baixa Núbia, bem como, mais a Ocidente, as suas homólogas do ex-

Marrocos espanhol (ALMAGRO-BASCH, 1946) e da região setentrional da Argélia (Tassilin, Ajjers). Com efeito, no período romano, o elefante de floresta ocuparia ainda faixa litoral mediterrânea, da Tripolitânia ao Atlântico, e até aos contrafortes do Atlas (KRZYSKOWSKA & MORLOT, 2000, p. 323).

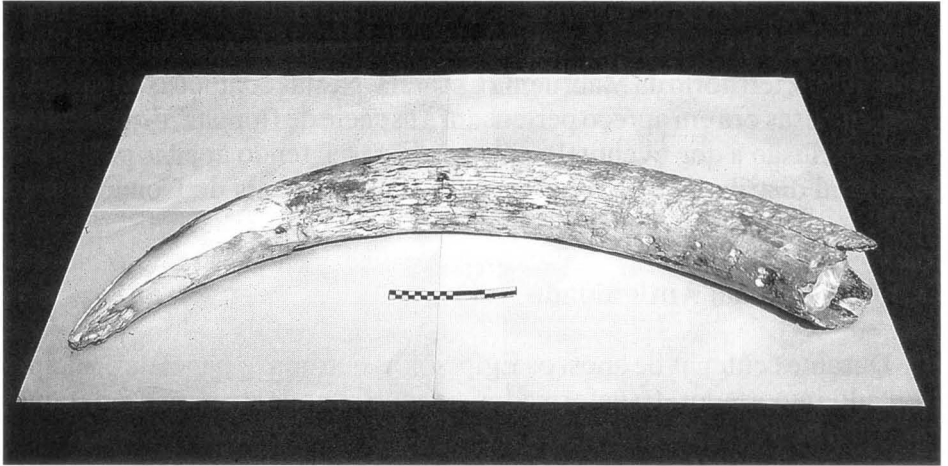


Fig. 4 — Vista geral da defesa do Cabo Sardão (Sines).



Fig. 5 — Vista geral, de outro ângulo, da defesa do Cabo Sardão (Sines).

Segundo Plínio-o-Velho (H. N. VII, 11 (32)), os elefantes continuavam a obter-se no Norte de África ainda na sua época (século I d. C.), tendo relatado que o primeiro general romano a atravessar o Atlas encontrou florestas repletas de elefantes, o que corrobora a conclusão da subespécie de floresta ainda existir nessa época, em tais latitudes. Foi, por certo, nesta região, que os Cartagineses obtinham os seus elefantes de guerra, cuja extinção se terá verificado apenas cerca do século IV d. C.: as derradeiras referências a caçadas de elefante datam deste século no, actualmente marroquino, território da Mauritânia Cesareia. Nestas condições, é provável que as defesas ora em apreço pertençam à espécie de floresta, o que contraria a conclusão a que eventualmente se chegaria, tendo apenas presente a sua actual distribuição geográfica, circunscrita à bacia do Congo.

5 – O elefante na Antiguidade

Durante centenas de anos, os Egípcios assumiram o papel de principal mercado importador, transformador e exportador de marfim de elefante. O abastecimento consistia tanto em marfim de elefantes de savana, transportado sobretudo ao longo do Nilo, desde a Alta Núbia (actual Sudão central), como de elefantes de floresta via, mar Vermelho, utilizados também na guerra: relatos da batalha de Raphia, em 217 a. C., mencionam os elefantes ptolomaicos como sendo menores que os elefantes asiáticos dos Selêucidas: tendo presente o maior tamanho do elefante de savana face ao asiático, conclui-se que os utilizados pelo exército egípcio pertenciam, muito provavelmente, à subespécie de floresta (KRZYSZKOWSKA & MORLOT, 2000). Não seria também desprezável o marfim importado de origem asiática. Com a extinção das populações de *Elephas maximus* na região do Próximo Oriente, no início do I milénio a.C., tem sido geralmente aceite que as peças de marfim que, de então em diante, ali se produziram, tiveram origem em matéria-prima africana: com efeito, existem provas da continuidade da exportação de marfim, durante o Império Novo e o Período Ptolomaico, desde o Sudão, boa parte dele utilizado na Fenícia, na Pérsia e na Grécia, mais até que no próprio Egipto (BARNETT, 1982; KRZYSZKOWSKA & MORLOT, 2000). A tal propósito, vale a pena transcrever a passagem de Ezequiel (XXVII, 4-26), na versão francesa de P. Cintas (CINTAS, 1970, p. 51, nota 181), a propósito das defesas de elefante que afluíam a Tiro, em resultado da intensa actividade comercial daquela cidade fenícia: “...Les fils de Dedan



Fig.6 — Distribuição geográfica das duas subespécies de elefante africano: o elefante de floresta (*Loxodonta loxodonta cyclotis*) e o elefante de savana (*Loxodonta loxodonta africana*). Ao longo do litoral, o espaçamento maior da sobrecarga (expressa a distribuição antiga da superfície de floresta (seg. FRADE, 1936, p.1195).

trafiquaient avec toi, des rivages nombreux étaient tes clients, les défenses d'ivoire et l'ébène te servaient de paiement..."

A importância do elefante norte-africano encontra-se ainda bem evidenciada, pelo facto de ter sido escolhido como representação de África, desde o Período Helenístico até à época romana baixo imperial: é o caso do mosaico conhecido pelo nome de "A grande caçada", de uma *villa* de Piazza Armerina (Sicília), cuja idade *post-quem* é dada por duas moedas de Maximiano, que reinou entre 286-305 d. C., o qual retrata de forma admirável a captura de diversos animais selvagens africanos, e o seu embarque para Itália (Fig. 7). Nessa altura destinavam-se, essencialmente, a espectáculos circences ou, simplesmente, a serem mostrados, pelo seu exotismo; mais esporadicamente, foram usados como animais de tiro, ou ainda na guerra.

A derradeira batalha com elefantes havida em África travou-se em Thapsus, em 46 a. C. entre César e os partidários de Pompeu. Mas o primeiro tinha-se precavido, enviando antecipadamente alguns elefantes para Itália, de modo à sua cavalaria se acostumar àquela presença, o que lhe permitiu a vitória e a captura de 64 elefantes do exército pompeiano. Provavelmente em comemoração desse feito, César mandou cunhar denário ostentando numa das faces um elefante.

Para além do Estado, também os particulares romanos promoviam a importação de elefantes africanos: neste âmbito, a cidade de Lepcis Magna, na Tripolitânia, constituiu um dos principais mercados, actividade que se encontrava nas mãos de companhias comerciais africanas (TOYNBEE, 1973), a qual e só terá cessado com o fim do Império.

6 – O elefante na época púnica na Península Ibérica

A importância atingida pelo comércio de elefantes africanos e do seu marfim, no período romano, sucedeu-se ao relevo que aquele animal conheceu na época púnica, tanto no Norte de África como na Península Ibérica. No que concerne particularmente a esta última, tal relevância encontra-se atestada pelas moedas de prata cunhadas entre 237 e 209 a. C. pelos Bárcidas, no sul e sudeste peninsulares, nas quais se representa elefante de tipologia africana (dorso côncavo, grandes orelhas) simbolizando simultaneamente a origem africana da Família e a importância do animal na guerra (Fig. 8). Neste capítulo, a sua notoriedade decorreu sobretudo da célebre travessia dos Alpes, sob o comando de Aníbal, em

218 a. C., depois de os ter utilizado no território peninsular, em 220 a. C. Este uso guerreiro não foi acto isolado: a Península Ibérica constituiu-se, na época, como receptora de elefantes africanos para o uso na guerra. É o caso dos conduzidos até Itália por Asdrúbal Barca, os quais participaram na batalha de Metaurus (207 a. C.), bem como os trinta animais reunidos na Península por outro irmão, Magon Barca, usados contra os romanos na batalha de Ilipa em 206 a. C. (TOYNBEE, 1973). Relativamente à reorganização peninsular no período Bárcida — época em que se efectuou, realmente, a ocupação do território, até então muito discreta — deve referir-se, na costa atlântica, a existência de um *Portus Hannibalis*, situado por Mela (3, 7) nas proximidades do cabo de S. Vicente. Este estabelecimento é, na verdade, relacionável com a foz do Arade, de onde provêm, justamente, duas das defesas de elefante agora estudadas. A sua fundação é a prova “de un interés por el control de las rutas atlánticas que está también siendo demostrado, com nuevas pruebas arqueológicas, por la investigación más reciente” (BENDALA GALÁN, 1994, p. 64).

7— Marfins púnicos peninsulares (ou a ausência deles ...)

Os factos relatados são suficientes para aceitar a importância desempenhada pelos elefantes africanos, na época do domínio cartaginês do sul e sudeste peninsulares. Noutro contexto parecem, contudo, inscrever-se os achados portugueses. Com efeito, as acções militares directas dos Bárcidas não parecem ter-se estendido tão para ocidente.

As peças em apreço, sobretudo a do cabo Sardão, podem inscrever-se no comércio púnico do marfim, matéria-prima exótica muito apreciada, transaccionada em bruto com as populações indígenas e por estas transformada em objecto de luxo, para seu uso pessoal. Tal não significa que o marfim importado em bruto desse invariavelmente origem a pequenos artefactos, utilitários ou litúrgicos. As defesas poderiam constituir, em si mesmas, peças sumptuárias ou de ostentação, até pelo seu valor intrínseco sendo, deste modo, conservadas intactas. Cabe referir, a propósito, que desde o Calcolítico, se conhecem objectos peninsulares considerados de marfim de origem norte-africana (ALMAGRO-BASCH, 1959). Embora nem todos os artefactos referidos sejam indiscutivelmente de marfim e a hipótese de exploração de marfim fóssil (de mamute) se encontrar comprovada para outras regiões e contextos geológicos, como o Báltico e, na época moderna, a Sibéria, esta realidade não deve influenciar a

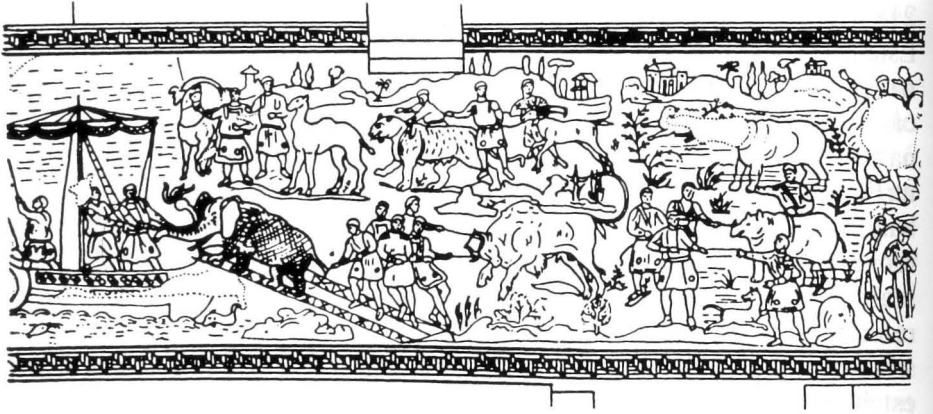


Fig. 7 — Pormenor do mosaico dito “A grande caçada”, existente no corredor de villa de Piazza Armerina, Sicília, observando-se, entre outros animais, o embarque de um elefante em navio com destino a Itália (seg. TOYNBEE, 1973, fig.1)



Fig. 8 — Moedas bárcidas de prata, com representação do elefante africano. De baixo para cima: três siclos, dois ciclos e 1/4 de siclo (seg. ALVAREZ BURGOS, F. (1982) — Catalogo general de la morada hispanica desde sus orígenes hasta el siglo V. Madrid: Jesus Vico, 2.ª edição, p. 19.

apreciação dos factos no que concerne ao território peninsular: o grau de fossilização dos restos, e a sua própria escassez intrínseca contrariam aquela possibilidade (basta dizer que, no território português, apenas se conhecem fragmentos de duas defesas de *Elephas antiquus*, uma oriunda do Carregado, outra dos tufos de Condeixa, (cf. ANTUNES & CARDOSO, 1992). Aliás, é de referir que a existência de cerâmicas campaniformes no litoral marroquino foi relacionada com a possível exportação ou permuta pelo marfim de elefante (POYATO HOLGADO & HERNANDO GRANDE, 1988) destinado ao consumo peninsular.

Ao final da Idade do Bronze, reporta-se o pente de marfil do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, cujo espólio e arquitectura revela influências sardas, sendo um dos raros marfins pré-coloniais peninsulares até ao presente conhecidos.

A partir do século VIII a. C., por via do comércio fenício, multiplicaram-se os objectos de marfim, de influência oriental. São de há muito conhecidos, na área tartéssica, os notáveis elementos de caixas, arquetas e painéis de revestimento decorados, pentes, paletas, píxides, e cabos de espelhos e colheres rituais, alguns dos quais foram primeiramente publicados por G. Bonsor, de diversas estações do vale do Bétis (BONSOR, 1899), depois objecto de análises de conjunto por parte de sucessivos autores, entre os quais importa salientar José Maria Blázquez (BLÁZQUEZ, 1975). Só na região de Carmona e Los Alcores, contabilizaram-se 130 exemplares (RUIZ-DELGADO, 1989, p. 278).

M. E. AUBET-SEMMLER (1983, p. 8), assinalou diversas áreas possíveis para a obtenção do marfim: em África, o Sudão, a Somália ou a Líbia, ou, em alternativa, o Médio Oriente, hipótese que se considera pouco aceitável atendendo à data de extinção do elefante naquela região.

Algumas peças, como as paletas de toucador, não têm paralelo no Oriente (RUIZ-DELGADO, 1989); outras, como os pentes, copiam motivos orientais, mas de forma mais tosca e interpretados de maneira particular, factos que indicam tratar-se de produções ocidentais, por fenícios aqui radicados, talvez mesmo de âmbito local ou regional, hipótese já defendida por Bonsor e, mais tarde por TARRADELL (1970) e pelo próprio Ruiz-Delgado. Destinadas às elites peninsulares, familiarizadas com as temáticas orientais, tais produções destinaram-se a suprir a procura local em objectos de luxo; algumas píxides foram, por exemplo, obtidas a partir da serragem dos dentes ao nível da cavidade pulpar, sugerindo a importação de defesas em bruto.

Cessando as produções referidas no século VI a. C., muito antes do apogeu do comércio púnico no Ocidente, nada tendo, consequente-

,mente, a ver com a temática em apreço, importava encontrar produtos homólogos mais tardios, de modo a explicar o comércio peninsular do marfim na época púnica. Os elementos compulsados revelaram-se, contrastando com a riqueza dos anteriores, escassos e nalguns casos duvidosos. É o caso de pente recolhido no povoado de La Alcudia de Elche, atribuível ao século IV ou III a. C., claramente distinto da tipologia dos pentes orientalizantes mais antigos e atribuível, pelo seu descobridor, ao comércio cartaginês (RAMOS FOLQUES, 1958), que o considerou de marfim. Análise ulterior mais detalhada, mostrou que, efectivamente é de osso, devendo situar-se entre os séculos III e I a. C. (TARRADELL, 1970). Não só por ser de osso, mas pela tipologia e cronologia, aproxima-se de dois exemplares do povoado de La Serreta de Alcoy, publicados por esta última autora, para além de um outro paralelo, do povoado ibérico de Puig Castellar (Barcelona). Se estes exemplares foram citados, é porque mostram que o marfim, na época ibero-púnica, já não era tão utilizado como anteriormente, para a confecção deste tipo de artefactos. Acresce que, mesmo em Cartago, não se conhece nenhum pente de marfim, posterior ao primeiro quartel do século V a. C., ou seja, na época de maior florescimento da actividade comercial púnica na área atlanto-mediterrânea (Bisi, in TARRADELL, 1970). Em conclusão, a produção de pentes de marfim, apesar de serem um dos *items* mais frequentes em tal substância do mundo orientalizante peninsular (em Portugal conhece-se apenas um exemplar, recolhido nos níveis pré-romanos de Conimbriga, cf. CORREIA, 1993), cessa, a partir do século V a. C., tanto em Cartago, como na sua área de influência peninsular.

Da pesquisa bibliográfica efectuada — e por isso sujeita a confirmação, visto, como se verificou, ser frequentemente contraditória a opinião de diversos autores sobre a natureza (marfim ou osso) de uma mesma peça — resultou, não obstante, identificação de diversos marfins púnicos peninsulares, compatíveis, pois, com a cronologia provável das defesas em estudo. Assim, da necrópole de Villaricos, L. Siret reproduziu várias pequenas peças que considerou de marfim, com destaque para uma pequena barra com decoração incisa (SIRET, 1906, Lám. VII, 53), talvez do século IV a. C. Miriam Astruc, que reviu ainda com Siret os materiais desta necrópole, publicando muitos ainda inéditos (ASTRUC, 1951), assinala diversas peças por si consideradas de marfim, de sepulturas que poderiam reportar-se, segundo a autora, a cartagineses ali instalados nos séculos V e IV a. C. e inseríveis em vários tipos:

- sepulturas de incineração em covacho (Grupo E): plaqueta muito incompleta com desenhos orientalizantes, que a autora admite corresponder a reutilização, por ser tipologicamente mais antiga que a cronologia da necrópole (Est. XXI, 2);
- sepulturas de inumação em covacho (Grupo F): segmentos informes e três cabeças de cravos, não figuradas;
- sepulturas de incineração em urnas cerâmicas (Grupo I): diversas peças consideradas de marfim, representadas na Est. XXXIII, das quais, no texto, apenas atribui a esta substância (p. 63) um fragmento de pente, decorado em ambas as faces por representações vegetalistas (n.º 2, 3);
- sepulturas mistas de incineração e inumação, em grutas escavadas na rocha (Grupo J): nas Est. XLVI e XLVII representam-se diversos objectos de marfim, dos quais se destacam os seguintes: fragmento de colher com uma cruz egípcia (XLVI, n.º. 1); plaqueta esculpida com capitel jónico e outra com representações humanas de temática grega (XLVI, n.º. 2 e 3); olho de estátua, com pupila de ouro, íris e globo de marfim, separados por ténue tabique de bronze (XLVII, n.º. 6).

Também da gruta d'és Cuyram, Ibiza, onde existiu santuário dedicado a Tanit, provém leão de marfim; embora de apurada volumetria, apresenta-se muito deteriorado pelo calor. A sua cronologia é incerta (GARCIA Y BELLIDO, 1942, p. 250, 251). Este mesmo autor refere que, nas explorações realizadas em Cádiz, entre 1912 e 1916, se encontraram dezasseis “loculi” funerários; um dos sepulcros mais ricos forneceu, além de dois anéis de ouro e um de âmbar, quatro pequenos segmentos, presumivelmente de marfim, talvez elementos de uma flauta (*op. cit.*, p. 268). Ainda em Cadiz, no sector de Punta de la Vaca, explorou-se em 1918 pequena câmara, contendo alguns ossos humanos e cerca de 22 cilindros de marfim, pertencentes a objecto compósito, mas indeterminado (*op. cit.*, p. 276).

Merece destaque a riqueza da necrópole gaditana, muito superior a qualquer outra, denunciando população enriquecida com o comércio marítimo e as actividades industriais a ele ligadas (conservas de peixe). Com efeito, o período de apogeu destas actividades centra-se nos séculos V e IV a. C. É então que grandes cidades, como a referida, atingem a sua maior expressão demográfica e urbana, nisso consistindo uma das expressões mais relevantes da época púnica: o urbanismo. Segundo M. E.

Aubet, “La segunda mitad del siglo VI representa, en definitiva, la sustitución de un mundo de mercaderes y de libre comercio, por el de los ejércitos, los conflictos navales, los tratados políticos y los intereses económicos encontrados” (AUBET-SEMMLER, 1986, p. 614). A autora admite que o papel hegemónico de Cartago sobre todo o Mediterrâneo Ocidental se verificou entre finais do século IV a. C. e meados do seguinte. Carlos Wagner, por seu turno, entende não existir qualquer testemunho de administração colonial cartaginesa na Península Ibérica, a qual só aqui se afirmaria no tempo dos Bárcidas, conclusão que parece actualmente reunir amplo consenso. Sem terem anteriormente tido necessidade de recorrer à conquista ou à violência directa, a efectiva supremacia dos cartagineses no ocidente do Mediterrâneo e mesmo para além do estreito, ficou a dever-se a uma rede de alianças comerciais, mais do que a um domínio territorial efectivo. Sem dúvida que, sob este aspecto, a actividade industrial mais lucrativa e relevante, que suportaria tais tratados ou alianças, residia nas conservas de peixe, cuja distribuição e comercialização era assegurada por Gadir, cidade de onde eram reexportadas, na sua maior parte, para Cartago e para outros mercados mediterrâneos (WAGNER, 1994, p. 12). Com efeito, a abundância sazonal do atum, sobretudo no litoral atlântico, proporcionou, a partir do século V a. C. e até à plena romanização, a produção em grandes quantidades de preparados piscícolas, cuja comercialização era feita em ânforas do tipo Mañá A4, como a recuperada no cabo Sardão: de tipologia padronizada constituía verdadeira “denominação de origem certificada” de tão apreciadas iguarias.

Este tipo anfórico ocorre, no território português em numerosos sítios, como em Abul B e Travessa dos Apóstolos (Setúbal), ambos correspondentes ao século V a. C.; em Castro Marim, Castelo de Alcácer do Sal, Rocha Branca (Silves) e alcáçova de Santarém, todos dos séculos V/IV a. C.; e, fora da Península Ibérica, na Sardenha, Sicília, Cartago, Atenas, Olímpia e Corinto (ARRUDA, comunicação a este Colóquio).

Estrabão (III, 2, 7), recolhendo informação de Posidónio, declara, a este respeito: “Muitos atuns que do Mar Exterior chegam a estas costas são gordos ... e quanto mais se acercam os atuns vindos deste Mar exterior das Colunas, tanto mais emagrecem, por falta de alimento” (FERNÁNDEZ-JURADO & RUFETE TOMICO, 1987, p. 229).

É neste contexto que se devem interpretar, pontuando o litoral português, não apenas os achados de ânforas púnicas, mas também de prováveis fábricas de salga e mesmo de produções anfóricas (como J. C.

Faria e A. Dias Diogo documentaram em Alcácer do Sal). Ainda que apenas discretamente reconhecidas no litoral português, a importância desta actividade fabril foi real: basta referir que o apogeu de Gadir, no século V a. C., lhe foi atribuído, para ali convergindo as produções de múltiplos núcleos recenseados no litoral adjacente (FERNÁNDEZ-JURADO & RUFETE TOMICO, 1987) incluindo-se, entre estas, as da costa portuguesa.

Para além destas produções, importa não esquecer o comércio marítimo de metais a longa distância, com destaque para a rota do estanho que abasteceria Cartago, bordejando todo o litoral ocidental peninsular. Esta rota tinha, na rota do ouro e do marfim, de sentido oposto, ou seja, do litoral norte-africano para a Península, o seu contraponto natural (ARTEAGA, 1994, p. 47). É no âmbito das navegações atlânticas de longo curso que se podem interpretar os resultados de duas datações pelo radiocarbono obtidas a partir da alma de madeira, parcialmente conservada num dos dois cepos de âncora de chumbo de grandes dimensões, recolhidos nas águas da ilha Berlenga, datados do século V/IV a. C. (ALVES, 1993).

8 – Concluindo ...

O intenso tráfego marítimo atlântico do século V a. C. em diante, coordenado por Gadir, na qualidade de aliada preferencial de Cartago, naturalmente deixou vestígios, dos quais alguns já foram enunciados. Com efeito, são os espólios dos naufrágios que frequentemente, maior e melhor volume de informação fornecem sobre a real importância dos produtos que, em determinado momento, eram comerciados por via marítima entre diversas regiões.

Exemplo já clássico é o do espólio do naufrágio do final da Idade do Bronze (século XIV a.C.), de Ulu-Burun (Turquia), que permitiu reconstituir não só a rota anterior do navio, como os respectivos portos de escala e quais os produtos comerciados em cada um deles. Entre os materiais recuperados, figura um troço maciço de defesa de elefante, provável bloco de matéria-prima destinado a ser comerciado e um dente de hipopótamo não modificado, com cerca de 34 cm de comprimento, por certo com idêntica finalidade (BASS, 1986, III. 18 e III. 19).

São estes os exemplos mais recuados susceptíveis de serem apresentados como paralelos para os achados portugueses os quais têm, no achado subaquático de Bajo de la Campana, Cabo de Palos (Cartagena) o seu paralelo mais próximo e evidente. Trata-se de um naufrágio cor-

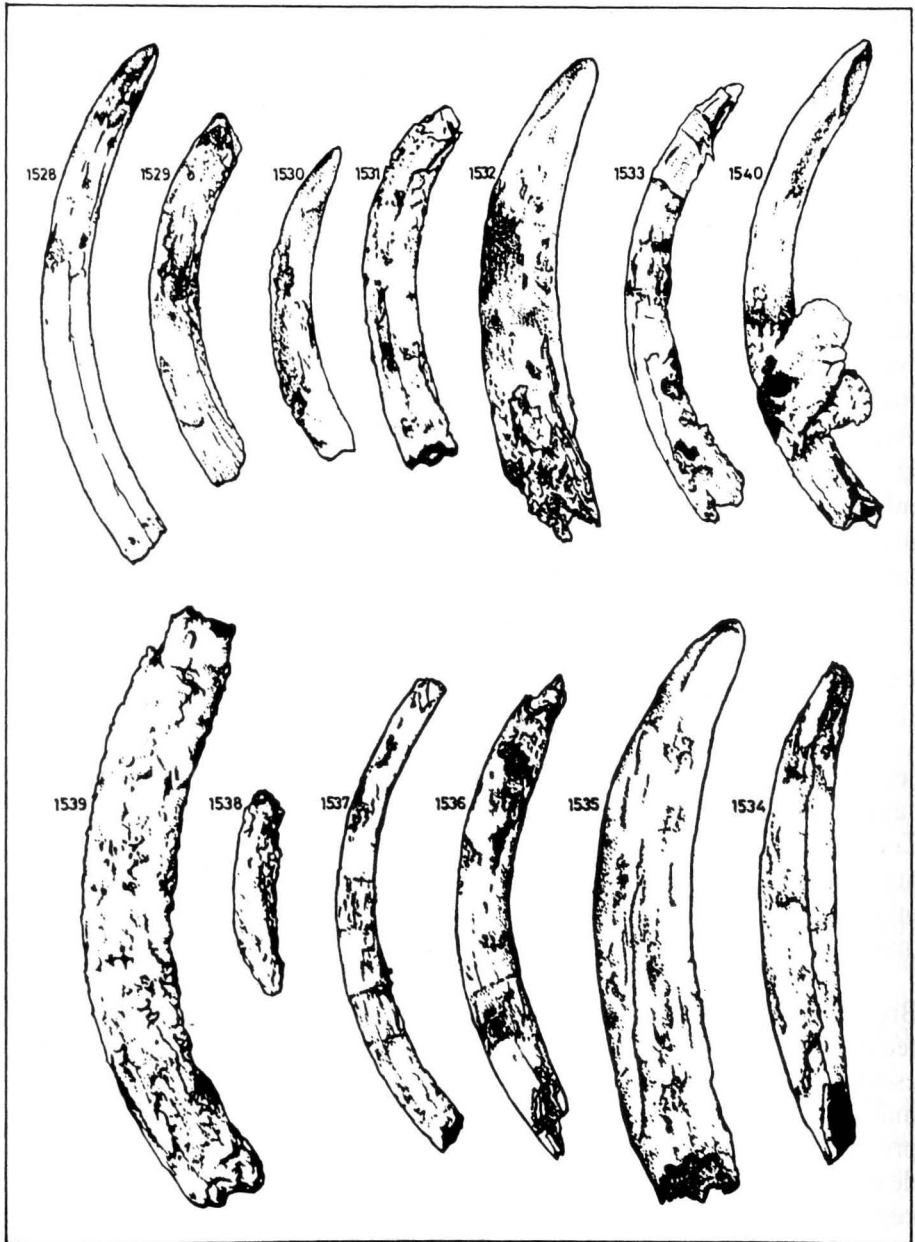


Fig. 9 — Conjunto de defesas de elefante recuperadas do naufrágio do Cabo de Palos (Cartagena). (Seg. MAS GARCIA, 1986, p. 127).

respondente a carregamento de defesas de elefante, de que se recuperaram treze exemplares, expostos no Museu Nacional de Arqueología Marítima, em Cartagena (MAS GARCIA, 1986). Duas das peças apresentavam, gravadas, curtas inscrições púnicas correspondentes ao mesmo nome masculino, uma delas ainda com curto anagrama significando relação de dependência ou de cortesia (Fig. 9 e 10). Outra defesa tem inscrito nome próprio menos vulgar que o anterior. A quarta defesa possui anagrama cuja interpretação não é clara. A análise paleográfica situou tais inscrições nos séculos V/IV a. C. (SANMARTIN ASCASO, 1986). São, pois, estas as evidências mais expressivas e até ao presente únicas, da importação peninsular de marfim em bruto de origem norte-africana. Tais peças conferem, deste modo, significado acrescido aos achados tratados neste estudo: não obstante as limitações apontadas no concernente ao seu enquadramento cronológico, resultantes de condições de jazida deficientemente conhecidas, considerou-se que o seu potencial significado era demasiado importante para que continuassem, como até agora, sem serem devidamente valorizadas. Análises de radiocarbono, que dentro em breve se levarão a cabo, permitirão clarificar a verdadeira idade destas peças, as quais, pelos critérios expostos, não custa, até prova em contrário, aceitar como consequência da actividade comercial dos púnicos, no litoral atlântico peninsular.

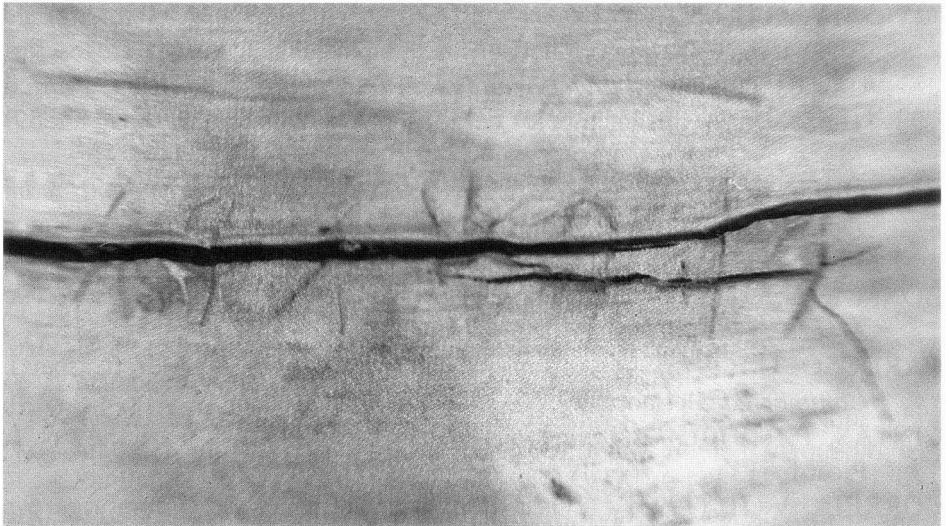


Fig. 10 — *Detalhe de inscrição púnica de uma das defesas do naufrágio do Cabo Palos (Cartagena). (Seg. MAS GARCIA, 1986, p. 127).*

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-BASCH, M. (1946) — *Prehistoria del norte de Africa y del Sáhara Español*. Barcelona.
- ALMAGRO-BASCH, M. (1959) — Elementos para la cronología absoluta del Bronce I en la Península Iberica. *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1: 161-185.
- ALVES, F. J. S. (1993) — Typologie et chronologie des jas d'ancre en plomb découverts dans les eaux portugaises. *Méditerranée*. Lisboa. 2: 311-328.
- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (1992) — Quaternary elephants in Portugal: new data. *Ciências da Terra*. Lisboa. 11: 17-37.
- ASTRUC, M. (1951) — *La necropolis de Villaricos*. Informes y Memorias. Madrid: Ministerio de Educacion Nacional, Comisaria General de Excavaciones Arqueologicas. 25, 234 p.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1983) — Marfiles fenicios de Andalucía. *Revista de Arqueología*. Madrid. 30: 6-13.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1986) — La necrópolis de Villaricos en el ámbito del mundo púnico peninsular. Sevilla. *Homenage a Luis Siret*: 612-624.
- BARNETT, R. D. (1982) — *Ancient ivories in the Middle East*. Jerusalem. Institute of Archaeology, The Hebrew University of Jerusalem.
- BASS, G. (1986) — A Bronze Age shipwreck at Ulu Burun (Kas): 1984 campaign. *American Journal of Archaeology*. 90 (3): 269-296.
- BENDALA GALÁN, M. (1994) — El influjo cartaginés en el interior de Andalucía. Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. *VIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica* (Ibiza, 1993). Ibiza: Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, 33: 59-74.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1975) — *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*. 2.ª Edición. Salamanca. Universidade de Salamanca, 436 p.
- BONSOR, G. (1899) — Les colonies agricoles de la vallée du Betis. *Révue Archéologique*. Paris. 35, 143 p. (separata).
- CARDOSO, G. (1978) — Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*. Coimbra. 17: 63-78.
- CINTAS, P. (1970) — *Manuel d'Archéologie Punique I*. Paris: A. & J. Picard. 513 p.
- CORREIA, V. H. (1993) — Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4: 229-283.

- DIOGO, A. M. D. (1999) — Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2 (1): 235-248.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. Pedro & REINER, F. (2000) — Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (2): 81-118.
- FERNÁNDEZ-JURADO, J. & RUFETE TOMICO, P. (1987) — La orientalización de Tartessos y la presencia griega en Huelva. *Huelva y su Provincia*. Ediciones Tartessos. 2: 169-244.
- FRADE, F. (1936) — Distribution géographique des Éléphants d'Afrique. *Comptes-Rendus XII Congrès International de Zoologie* (Lisboa, 1935). Lisboa: 1191-1202.
- FRADE, F. (1955) — Ordre des Proboscidiens. *Traité de Zoologie* (ed. P. Grassé). Paris. Masson 17 (1): 715-783.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1942) — *Fenicios y Cartagineses en Occidente*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 296 p.
- JEANNIN, A. (1947) — *L'Éléphant d'Afrique*. Paris. Payot, 251 p.
- KRZYSZKOWSKA, O. & MORLOT, R. (2000) — Ivory and related materials. *Ancient egyptian materials and technology* (P. T. Nicholson & I. Shaw ed.). Cambridge University Press: 320-331.
- MAS GARCIA, J. (1986) — El alba de la cultura mediterránea. Su influencia en el Sureste Ibérico. *Historia de Cartagena*. 3 — *El mundo protohistórico en su entorno*. Murcia: 55-208.
- POYATO HOLGADO, C. & HERNANDO GRANDE, A. (1988) — Relaciones entre la Península Iberica y el Norte de Africa: "marfil y campaniforme". *Actas Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar* (Ceuta, 1987). Madrid. *Universidad Nacional de Educacion a Distancia* (E. Ripoll Perelló, ed.). 1: 317-329.
- RAMOS FOLQUES, A. (1958) — Peine cartagines de La Alcudia. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2): 220-224.
- RUIZ-DELGADO, M. M. (1989) — Las necrópolis tartésicas: prestigio, poder y jerarquias. *Tartessos. Arqueologia Protohistorica del bajo Guadalquivir* (Coord. M. E. Aubet-Semmler). Barcelona: AUSA: 247-286.
- SANMARTÍN ASCASO, J. (1986) — Inscripciones fenicio-punicas del Sureste hispánico. *Aula Orientalis*. 4.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. & SOARES, J. (1987) — Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8: 203-220.
- SIRET, L. (1906) — *Villaricos y Herrerías. Antigüedades púnicas, romanas, visigóticas y árabes*. Madrid. *Memorias de la Real Academia de la Historia*. 14: 381-478.

- TARRADELL, M. Font de (1970) — Dos peines ibéricos de la Serreta de Alcoy y sus precedentes. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. Valencia. 10: 123-138.
- TOYNBEE, J. M. C. (1973) — *Animals in roman life and art*. London. Thames & Hudson, 414 p.
- WAGNER, C. G. (1994) — El auge de Cartago (s. VI-IV) y su manifestación en la Península Ibérica. *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. VIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica* (Ibiza, 1993). Ibiza: *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*, 33: 7-22.